

CORREIOS - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO Nº 1/2019
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FURGÃO E/OU MOTOCICLETA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP
(ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA)

ÓRGÃO REQUISITANTE: [Informar nome (unidades e órgão a que se vincula) e MCU] [p.ex. GPCO/DCOMS/DIRAD]

Solicitamos instruir a contratação conforme as condições descritas abaixo:

1 OBJETO: Aquisição de [DESCREVER OBJETO], por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, discriminados no quadro abaixo, conforme Especificação Técnica, Comunicação Visual do Veículo e demais condições deste Instrumento e seus Anexos.

LOTE Nº: [Informar]

Item	Código (ERP)*	Descrição do Veículo	UM**	Qtd Mínima a ser cotada	Qtd Máxima a ser cotada	Percentual Máximo de Acréscimo/Mínimo de Redução (%)***
1	[Informar]	[Informar]	UN	[Informar]	[Informar]	[informar]
VALOR TOTAL****				[informar]		

* Código do Sistema de Planejamento Orçamentário (SPO)

** UM (Unidade de Medida) = UN.

*** Percentual máximo acréscimo ou mínimo de redução aplicado sobre a tabela FIPE do mês da sessão pública da licitação. (LEMBRETE: essa informação ficará em branco, já que a elaboração do TSC ocorre antes da pesquisa de mercado)

**** Valor orçado considerado no Sistema de Planejamento Orçamentário (SPO).

Lembrete:

1) Na escolha das opções abaixo, as áreas requisitantes/centralizadoras da demanda devem motivar e demonstrar no processo, que a prospecção de mercado e as evidências levantadas na fase de planejamento mostraram que é viável técnica e economicamente a reunião de itens em lote(s), não ferindo a competitividade do certame e nem o princípio da economia de escala. (dados a serem demonstrados: capacidade do mercado fornecer ou prestar o serviço - composto por vários itens; histórico das contratações anteriores; comparativos de preços; itens correlatos - mesma natureza)

2) Além disso, deve-se observar, nas contratações por Sistema de Registro de Preços, que a composição de itens em lote(s), somente deve ser empregada para a contratação da totalidade dos itens, ou, ao menos, a proporcionalidade entre os quantitativos dos itens pertencentes ao lote.

1.1. Justificativa da composição do lote: [Excluir as opções que não se aplicam]

- Os itens são do mesmo segmento de mercado, motivo pelo qual a reunião desses não fere o caráter competitivo do certame, sendo comumente atendido pelo mercado.

Aplicado para os Lotes: [Informar, caso haja mais de um lote]

- Ganho por economia de escala, tendo em vista que a reunião dos itens num mesmo lote enseja maior atratividade do mercado fornecedor e reduz o custo com frete, taxas de administração, entre outros elementos da composição do custo.

Aplicado para os Lotes: [Informar, caso haja mais de um lote]

- Agrupamento de objetos objetivando o atendimento à padronização.

Aplicado para os Lotes: [Informar, caso haja mais de um lote]

- O não agrupamento de objetos poderá ensejar prejuízo ao conjunto ou

complexo do objeto a ser licitado, conforme justificativa anexa.

Aplicado para os Lotes: [\[Informar, caso haja mais de um lote\]](#)

1.2. Valor balizador da contratação: Será por Preço de Referência.

1.2.1. Percentual aplicado sobre o preço dos veículos, conforme Tabela FIPE no mês de realização da sessão pública da licitação:

- percentual máximo de acréscimo: [\[informar\] % \(\[por extenso\]\)](#)
- percentual mínimo de redução: [\[informar\] % \(\[por extenso\]\)](#)

1.3. INSTRUMENTO CONTRATUAL: Contrato.

1.4 Justificativa para o registro de preços: [\[Excluir as opções que não se aplicam \]](#)

- Objeto cuja necessidade é de contratação frequente.
- Previsão de entregas parceladas.
- A aquisição atenderá a mais de um órgão dos CORREIOS.
- Impossibilidade de prévia definição do quantitativo a ser demandado pelos CORREIOS.
- Indisponibilidade momentânea de recursos orçamentários.
- Evitar o fracionamento de despesas ou a realização de sucessivas licitações ou de aditamentos contratuais, em função de demandas em que o quantitativo e/ou o momento da necessidade são imprevisíveis ou passíveis de grande variação.
- Economia de escala.
- Interdependência entre os itens que enseja a necessidade de aquisição conjunta ou simultânea.
- Outras: [\[Informar\]](#)

1.4.1 JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - IRP PARA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS (Decreto 7.892/2013):

- A Dispensa da IRP, pela impossibilidade material de sua utilização, face ao objeto da contratação ser personalizado, com características técnicas peculiares, produzido sob encomenda, destinado exclusivamente para atender segmento dos Correios, não sendo possível o fornecimento/prestação do serviço a outro órgão. Veículo (informar o modelo) para atender a necessidade operacional dos Correios.

1.5 Pré-Qualificação: [\[Excluir a opção que não se aplica\]](#)

1.5.1 não foi realizada pré-qualificação de fornecedor e/ou objeto.

OU

1.5.1 foi realizada pré-qualificação de fornecedor e/ou objeto, por meio do edital de pré-qualificação nº [\[informar\]](#).

1.5.1.1 a licitação será: [\[Excluir a opção que não se aplica\]](#)

1.5.1.1.1 restrita aos fornecedores/objetos pré-qualificados [\[justificar\]](#)

OU

1.5.1.1.1 aberta.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: [\[EXCLUI OS ITENS QUE NÃO SE APLICAM \]](#)

- A presente contratação tem por objetivo a substituição de veículos com vida útil econômica esgotada, dando cumprimento à Política de Renovação da Frota de veículos operacionais dos Correios, nos termos do MANTRA – Manual de Transportes. O detalhamento da justificativa encontra-se no Relatório de Fundamentação da Necessidade, anexo.
- A presente contratação tem por objetivo equipar as Superintendências Estaduais com recursos (veículos) a serem destinados ao atendimento das demandas geradas pela criação de novos serviços e/ou pela expansão dos serviços postais, sobretudo dos segmentos de Mensagem, de Encomendas e de Malotes. O detalhamento da justificativa encontra-se no Relatório de Fundamentação da Necessidade, anexo.

2.1 Justificativa Complementar: Este processo trata-se de uma repetição para a contratação do(s) objeto(s) em pauta, visto que a licitação anterior foi fracassada, porque todas as propostas finais apresentadas estavam acima do preço de

referência. Suas condições permanecem inalteradas em relação à licitação anterior, excetuando-se o preço de referência. O relatório de conclusão do processo licitatório encontra-se anexo a este documento. (Lembrete: excluir este subitem quando não for uma repetição da contratação).

3. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 N.º da Demanda/SPO: [Informar]

Conta Orçamentária	Descrição
[Informar]	[Informar]

3.2 Dados complementares para emissão da RMS:

Código do Item ERP	Descrição Complementar do Item	MCU do Local da Entrega	Qtd de Parcelas	Desembolso a partir de: (mês/ano)	Intervalo em dias
[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

4.1 Conforme conteúdo constante nas respectivas cláusulas da minuta do contrato.

5 MATRIZ DE RISCO: [Escolha uma das opções]

5.1 Não se aplica. Justificar: [informar]

OU

5.1 Se aplica conforme anexo a este instrumento.

6. PESQUISA DE MERCADO

6.1 Prazo para a conclusão da pesquisa de mercado:

6.1.1 10 (dez) dias úteis.

OU

6.1.1 Outro. [Informar] (MÍNIMO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS).

6.2 Prazo para recebimento da cotação do fornecedor:

6.2.1 5 (cinco) dias úteis.

OU

6.2.1 Outro. [Informar] (MÍNIMO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS).

6.3 Dados da última contratação:

6.3.1 Não houve contratação anterior.

OU

6.3.1 Houve contratação anterior, conforme a seguir:

Empresa	Nº do Contrato	Vigência	Forma de Contratação	QTD	Valor do Contrato
[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]

6.3.1.1. A contratação anterior, trata-se de:

a) contratação de objeto e abrangência idênticos ou similares: () SIM () NÃO

b) o objeto da contratação está sendo ou foi executado regularmente: () SIM () NÃO

c) a quantidade estimada da contratação ora requerida, está compreendida no intervalo de 25% a menos e 25% a mais da contratação anterior: () SIM () NÃO

(Obs1.: Preços históricos de contratos inexcutados totalmente e/ou rescindidos devem ser descartados).

(Obs2.: caso as questões acima sejam respondidas com "SIM", a pesquisa de mercado para verificar a vantajosidade da Ata de Registro de Preço oriunda da última contratação poderá ser aproveitada no presente processo)."

d) Informar NUP da Pesquisa de Mercado para verificar vantajosidade da Ata de Registro de Preço que será utilizada nesta contratação, se for caso: [\[Informar\]](#)

6.4 Possíveis fornecedores:

Fornecedor	CNPJ	Endereço	Telefones	E-mail
[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]	[Informar]

7. GESTORES:

ÁREA GESTORA OPERACIONAL:

- NOME DA ÁREA: [\[Informar\]](#)
- TELEFONE: [\[Informar\]](#)
- E-MAIL: [\[Informar\]](#)

FISCAL DO CONTRATO

- NOME: [\[Informar\]](#)
- MATRÍCULA: [\[Informar\]](#)

SUPLENTE

- NOME: [\[Informar\]](#)
- MATRÍCULA: [\[Informar\]](#)

8. ANEXOS:

Informações Gerais da Contratação ([Modelo disponibilizado no SEI](#))

Matriz de Riscos ([Modelo disponibilizado no SEI](#))

Relatório de Fundamentação da Necessidade ([Disponibilizado pela Área](#))

Especificação Técnica

Outros: [\[informar\]](#)

As informações prestadas neste Termo de Solicitação de Contratação - TSC e seus respectivos anexos, são de responsabilidade do Órgão emissor, ressalvadas as prestadas pelas demais Áreas.

9 Identificação das ASSINATURAS

9.1 Elaborado por: [\[Informar nome, matrícula e lotação\]](#)

9.2 De acordo: [\[Informar nome, matrícula e lotação\]](#)

9.3 Autorização da contratação nas condições definidas neste Termo: [\[Informar nome, matrícula e lotação\]](#)

9.3.1 PRT/[\[Informar\]](#) SEI nº [\[informar\]](#) (**Lembrete:** *informar e inserir o hyperlink da portaria de subdelegação ou substituição, quando for o caso*)

TSC_Veículos_SRP_(P)_5.0

NJ/GCOR-DEJUR-SEJUR/SEI-8893819/2019

Referência: Processo nº 53180.040242/2019-40

SEI nº 9586606

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FURGÃO E/OU MOTOCICLETA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP
(ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA)

1 OBJETO: Aquisição de [Descrever Objeto], por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, discriminados no quadro abaixo, conforme a Especificação Técnica e Comunicação Visual do Veículo, anexas a este Instrumento.

LOTE Nº: [informar]

Item	Código (ERP)	Descrição do Item	UM *	Qtde Estimada
[informar]	[informar]	[informar]	UN	[informar]

* Unidade de Medida = UN - unidade

2. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES:

2.1. DO EXEMPLAR “CABEÇA DE SÉRIE”:

a) Será exigida da CONTRATADA a apresentação de 01 exemplar do veículo “Cabeça de Série” para cada item do pedido, fabricado em conformidade com o objeto contratado.

a.1) Caso o exemplar “Cabeça de Série”, já tenha sido analisado no decorrer da execução da contratação de origem do Pregão, não será exigida nova análise de exemplar, ressalvado os casos de alteração do modelo de veículo.

b) A CONTRATADA deverá entregar o exemplar do veículo no prazo de até [informar] ((por extenso)) dias úteis após a assinatura do Contrato.

c) A CONTRATADA disponibilizará nas instalações fabris o exemplar “cabeça de série”.

2.2. DA ANÁLISE DO EXEMPLAR “CABEÇA DE SÉRIE”:

a) A CONTRATANTE fará a análise da conformidade, observando os critérios previstos neste Instrumento e seus Anexos, conforme a seguir:

a.1) Aprovado o exemplar, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo “Cabeça de Série”, fato que propiciará o início da produção em fábrica;

a.2) Reprovado o exemplar, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo “Cabeça de Série”, onde serão registradas as desconformidades, caso em que será concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis para a reapresentação do exemplar devidamente corrigido;

a.3) Sanadas as desconformidades, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo “Cabeça de Série”, fato que propiciará o início da produção em fábrica.

b) No caso de persistirem as desconformidades, será concedido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a nova reapresentação do exemplar devidamente corrigido.

b.1) Ao persistirem as desconformidades do exemplar, proceder-se-á à reprovação definitiva do mesmo, bem como a rescisão do Contrato e aplicação das penalidades cabíveis.

2.3. DA INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO - AMOSTRAGEM:

a) A CONTRATANTE fará a análise da conformidade do pedido, por amostragem, de acordo com a Especificação Técnica, observando os critérios previstos neste Instrumento e seus Anexos, conforme a seguir:

a.1) Aprovado o pedido, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, fato que propiciará a autorização da entrega;

a.2) Reprovado o pedido, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, onde serão registradas as desconformidades, caso em que será concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis para nova inspeção;

a.3) Sanadas as desconformidades, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, fato que propiciará a autorização da entrega;

a.4) Ao persistirem as desconformidades do pedido, proceder-se-á à reprovação definitiva do mesmo, bem como a rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades previstas neste Instrumento.

b) A CONTRATANTE realizará inspeções intermediárias durante a produção dos veículos, previamente agendadas com a CONTRATADA com o objetivo de acompanhar as diversas etapas da produção visando prevenir possíveis desconformidades e assegurar o fiel cumprimento das Especificações Técnicas.

2.4. DO PRAZO DE ENTREGA:

a) Até [informar] (por extenso) dias úteis, contados após o recebimento da comunicação do resultado do Termo de Inspeção em Fábrica - "Cabeça de Série".

b) Os veículos deverão ser entregues nas localidades listadas na Relação de endereços para entrega, em anexo, cujas quantidades serão informadas formalmente pela CONTRATANTE, quando da formalização dos pedidos.

Ou

b) Os veículos deverão ser entregues nas localidades listadas na relação de endereços para entrega, de acordo com as quantidades definidas na pauta de distribuição, anexa ao contrato.

2.5. DA ENTREGA DO PEDIDO NO DESTINO:

a) Os veículos deverão ser entregues nas quantidades e nos endereços constantes na Pauta de Distribuição, anexa ao contrato, devidamente licenciados;

a.1) Quando da entrega do pedido no destino, constatada a sua conformidade com o objeto contratado será emitido o Termo de Aceitação Estadual;

b) Na hipótese de constatação de desconformidades, serão adotadas as seguintes providências:

b.1) Recusado(s) o(s) veículo(s), será concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação pela CONTRATADA, para reapresentação do(s) veículo(s) destinada(s) à(s) Unidade(s)(ais) que apresentar(em) desconformidade;

b.2) Na reincidência da recusa, será lavrado, de imediato, o Termo de Recusa Estadual, assinado pelo Fiscal do Contrato da CONTRATANTE, que comunicará formalmente à CONTRATADA. Simultaneamente será providenciada a rescisão contratual e a aplicação das demais penalidades cabíveis.

2.6. QUANTIDADE DO PEDIDO:

a) A quantidade mínima por pedido: [informar] % ([por extenso] por cento) do lote.

b) A quantidade máxima por pedido: [informar] % ([por extenso] por cento) do lote.

c) O intervalo entre os pedidos não poderá ser inferior a [informar] (por extenso) dias, ressalvado o interesse público e acordo entre as partes.

d) Os veículos deverão ser entregues nas localidades listadas na Relação de Endereços Para Entrega, anexa a este instrumento, cujas quantidades serão informadas formalmente pela CONTRATANTE, quando da solicitação dos pedidos e assinatura do contrato.

3 PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados após o recebimento do(s) objeto(s), mediante a apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, conforme cronograma abaixo:

Data de Atesto da NF	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 28 do M+2
Dia 16 a 25 do mês	Dia 16 do M+3

Legenda:

M = mês do atesto

M + 2 = mês do atesto acrescido de dois meses

M + 3 = mês do atesto acrescido de três meses

4 GARANTIA

4.1 DO OBJETO: De acordo com a Especificação Técnica, bem como as demais disposições no Termo de Garantia.

4.2 DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

4.2.1 Será exigida em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o sobre o valor global contratado.

5 VIGÊNCIA: O período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses.

6 TRIBUTOS/IMPOSTOS: Além dos tributos e impostos devidos, incidirá o ICMS.

7 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

a) Consórcio: Não será permitida a participação sob a forma de Consórcio.

b) Subcontratação: Não será permitida a Subcontratação.

c) Cooperativas: Será admitida a participação de cooperativas, desde que não haja relação de subordinação entre esta e os cooperados, sendo os serviços prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados.

Inf_Gerais_Veículos_Furgão_(P)_5.0

NJ/GCOR-DEJUR-SEJUR/SEI-8893819/2019

Referência: Processo nº 53180.040242/2019-40

SEI nº 9586638

CORREIOS - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO]/[ANO] - [SE/CS]

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FURGÃO E/OU MOTOCICLETA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

(ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA)

TIPO: MENOR PREÇO

A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - Empresa Pública, criada pelo Decreto-lei nº. 509, de 20/03/69, por meio da [\[Informar Superintendência Estadual ou Correios Sede\]](#), mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, realizará o presente Pregão Eletrônico, que será regido pela Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, Lei Complementar 123/2006, Decreto 8.538/2015, Decreto 7.892/2013, Lei 11.488/2007, Lei 12.846/2013, e demais disposições aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Endereço: [\[Informar\]](#)

Telefone: [\[Informar\]](#)

E-mail: [\[Informar\]](#) (mensagens com tamanho máximo de [\[Informar\]](#) megabytes)

DATAS E HORÁRIOS**

- **Início do acolhimento das propostas:** [\[dd/mm/aaaa\]](#) às [\[horas\]](#)h.
- **Data de Abertura das Propostas:** [\[dd/mm/aaaa\]](#) às [\[horas\]](#)h.*
- **Data do Pregão e horário da Disputa:** [\[dd/mm/aaaa\]](#) às [\[horas\]](#)h.

* **Limite do Acolhimento das propostas:** mesmos horários e data da Abertura das Propostas.

**Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e nas documentações relativa ao certame.

APÊNDICES e ANEXOS

APÊNDICE 01 - MODELOS DE ATESTADOS, DECLARAÇÕES E PROPOSTA

- Proposta Econômica;
- Atestado de Capacidade Técnica;
- Declarações;
- Declaração de MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA;

APÊNDICE 02 - MODELOS DE TERMOS

- Termo de Inspeção em Fábrica - veículo "CABEÇA DE SÉRIE"
- Termo de Inspeção em Fábrica - Pedido

ANEXO 01 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO 01-A - CADASTRO DE RESERVA

ANEXO 01-B - MINUTA DO CONTRATO

APÊNDICE 01 DO CONTRATO - CRITÉRIOS DE AMOSTRAGEM

APÊNDICE 02 DO CONTRATO - PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DE ENTREGA

APÊNDICE 03 DO CONTRATO - MATRIZ DE RISCO

ANEXO 02 - TERMO DE GARANTIA

ANEXO 03 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

APÊNDICE 1 DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - COMUNICAÇÃO VISUAL DE VEÍCULOS

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de [\[DESCREVER OBJETO\]](#), por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, discriminados no quadro abaixo, conforme Especificação Técnica, Comunicação Visual do Veículo e demais condições deste Edital e seus Anexos.

LOTE Nº.: [\[Informar\]](#)

Item	Descrição do Veículo	UM*	Qtd Mínima a ser	Qtd Máxima a ser cotada	Percentual Máximo de Acréscimo/Mínimo de Redução (%) **
------	----------------------	-----	------------------	-------------------------	---

			cotada	ser cotada	redução (%)
1	[informar]	UN	[informar]	[informar]	[informar]
VALOR GLOBAL MÁXIMO DO LOTE***					[informar]

* UM (Unidade de Medida) = UN.

** Percentual máximo acréscimo ou mínimo de redução aplicado sobre a tabela FIPE do mês da sessão pública da licitação.

1.2. Para fins da presente licitação, a incidência tributária a ser considerada para o objeto em questão é: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Pregão, correrão por conta dos recursos consignados na:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
[Informar]	[Informar]
[Informar]	[Informar]

3. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. A licitante poderá solicitar esclarecimentos pelo e-mail indicado no preâmbulo deste instrumento, a partir da data de publicação deste Edital até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública, informando o número e o objeto da licitação.

3.1.1 As solicitações de esclarecimentos serão respondidas no *link* correspondente a este Edital, na página de licitações eletrônicas dos CORREIOS, <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/para-fornecedores> ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.

3.2 A impugnação deste Edital poderá ser realizada por qualquer interessado, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, preferencialmente, pelo e-mail indicado no preâmbulo deste edital.

3.2.1. Os pedidos de impugnações serão respondidos por e-mail em até 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento.

3.2.2. A apresentação de impugnação realizada após o prazo estipulado no subitem 3.2. não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

3.3. As alterações do Edital que afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados que o retiraram, disponibilizadas no site www.licitacoes-e.com.br e divulgadas, pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

3.4. As alterações no Edital que não afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, conforme disposto neste Edital, não sendo alterada a data da Sessão do Pregão.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.

4.2. Poderão participar deste pregão os interessados que comprovarem possuir os requisitos de habilitação exigidos e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

4.3. A participação de consórcio de empresas não será permitida.

4.4. A subcontratação não será admitida.

4.5. A participação de cooperativa será admitida na presente licitação, desde que não haja relação de subordinação entre esta e os cooperados, sendo os serviços prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados.

4.6 Não poderão participar da presente Licitação a empresa:

a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

- b) suspensão ou impedida pelos Correios, quando perdurarem os efeitos da sanção;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- i) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com os CORREIOS há menos de 6 (seis) meses.
- j) empresas que se encontrem sob falência decretada, recuperação judicial e extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- j.1) será permitido a participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- k) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;
- k.1) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- l) impedida de licitar e contratar com fulcro no art. 7º da Lei 10.520/2002, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, desde que o órgão aplicador seja da esfera Federal.

4.6.1 Também não poderá participar desta Licitação:

- a) empregado ou dirigente dos CORREIOS;
- b) quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil (ex.: cônjuge, companheiro, pais, avós, filhos, netos, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, sogro e genro), com dirigente ou empregado dos CORREIOS, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável por esta licitação ou contratação e com autoridade do ente público a que os CORREIOS esteja vinculado;
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

4.6.2 Matriz e Filial(is) serão consideradas como única pessoa jurídica. A(s) sanção(ões) aplicada(s) à matriz abrange(m) a(s) filial(is) e vice-versa.

4.7 As vedações acima aplicam-se às pessoas físicas quando participarem na condição de licitantes, no que couber.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

5.2. Os trabalhos serão conduzidos por empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema eletrônico *licitações-e*, constante da página eletrônica dos CORREIOS, www.correios.com.br/sobre-os-correios/para-fornecedores ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.

- CADASTRAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E -

5.3. Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do Pregão deverão realizar o prévio cadastramento junto às Agências do Banco do Brasil, sediadas no País, para obtenção de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis).

5.3.1. Os interessados em se cadastrar no sistema poderão obter maiores

informações na Central de Atendimento do Banco do Brasil, telefones: 4004-0001 - Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800-729-0001 - demais localidades, ou diretamente no site www.licitacoes-e.com.br.

5.3.2 No caso de cadastramento de sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado), a empresa deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3.3. Os interessados poderão nomear representantes, devidamente cadastrados, para realização de negócios em seu nome e sob sua responsabilidade.

5.3.3.1. Os representantes, deverão comprovar tal condição, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular propostas e lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

5.3.3.2. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

5.4. A chave de identificação e a senha terão validade de até 12 (doze) meses e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do administrador do sistema.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão administrador do sistema ou à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. O cadastramento do interessado e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6.1. Nenhum representante legal poderá representar mais de uma empresa licitante para o mesmo lote, neste Certame.

5.7. O interessado deverá comunicar imediatamente ao órgão administrador do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviolabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

- PARTICIPAÇÃO -

5.8. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **sem o diferencial de ICMS**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital para abertura da sessão pública.

5.8.1. O acesso ao sistema eletrônico é feito pela página de compras eletrônicas dos CORREIOS, <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/para-fornecedores>, ou no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado".

5.8.2. A LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao administrador do sistema ou à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.8.3. Independentemente de qualquer declaração, o fabricante e o fornecedor respondem isoladamente ou solidariamente pelos vícios ou defeitos dos equipamentos/produtos, consoante às regras emanadas na Lei 8.078/1990.

- REGISTROS DAS PROPOSTAS -

5.9. Quando da inclusão da proposta, é vedado inserir qualquer elemento (na proposta, anexos ou informações adicionais), que possa identificar a LICITANTE, sob pena de desclassificação.

5.9.1. É recomendável que as LICITANTES apresentem suas propostas com antecedência, não deixando para cadastrá-las no dia do certame. O sigilo das propostas é garantido pelo administrador do sistema e apenas na data e horário previstos para a abertura, as propostas tornam-se publicamente conhecidas.

5.9.2. Até a abertura da sessão, as LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.9.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas (ME/EPP/COOP), para exercerem o direito de preferência estabelecido na Lei Complementar 123/2006, deverão informar no sistema o tipo de segmento de empresa que representam. A falta desta informação implicará a perda desse direito.

5.9.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A LICITANTE declarará

no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

5.9.5. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

- SESSÃO PÚBLICA -

5.10. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na *internet* será aberta por comando do Pregoeiro.

5.10.1. Caberá à LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão.

5.11. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.11.1. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.11.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

5.12. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as LICITANTES poderão encaminhar lances e exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.12.1. Aberta a etapa competitiva, as LICITANTES deverão estar conectados ao sistema na sala virtual de disputa para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, a LICITANTE será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.12.2. Os lances ofertados serão no valor global do lote.

5.12.3. A LICITANTE poderá oferecer lance inferior ao valor do seu último lance, ainda que superior ao do primeiro colocado da disputa.

5.12.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo para fins de classificação aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

5.12.5. Durante o transcurso da sessão pública, as LICITANTES serão informadas, em tempo real, dos seus respectivos últimos lances registrados no sistema, do menor lance registrado, bem como da ordem de classificação.

5.12.6. O tempo normal da etapa de lances da sessão pública será encerrado por decisão do Pregoeiro.

5.12.7. O tempo randômico será controlado pelo sistema eletrônico, o qual encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, podendo transcorrer período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às LICITANTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.12.9. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação às LICITANTES participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

- JULGAMENTO -

5.13. Para o julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço global do lote.

5.14. Após o encerramento da fase de lances será assegurada preferência na contratação para as ME/EPP/COOP nos termos previstos na Lei Complementar 123/2006.

5.14.1. O sistema identificará automaticamente as ME/EPP/COOP que declararam exercer este direito e examinará a situação de empate.

5.14.1.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP/COOP, beneficiadas e favorecidas pelo regime diferenciado da Lei Complementar 123/2006, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a licitante em situação de empate, melhor classificada, será convocada para

apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, a contar da convocação pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão do direito. Nesta fase somente a empresa convocada poderá oferecer novo lance, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada;

b) não havendo manifestação da licitante convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, o sistema/pregoeiro verificará se há outra situação de empate realizando a convocação de forma automática/manual;

c) no caso de propostas apresentadas pelas licitantes com valores equivalentes, estas não serão consideradas iguais e a classificação será feita conforme a ordem de apresentação das propostas;

d) não havendo situação de empate o Pregoeiro encerrará a disputa do lote.

5.14.2. A condição de empate não se aplica se a proposta de menor preço tiver sido apresentada por licitantes beneficiadas pelo regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar 123/2006.

5.14.3. Na hipótese de não classificação da licitante favorecida pela Lei Complementar 123/2006, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada voltará à condição de primeira classificada.

- VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS PROPOSTAS -

5.15. Após o encerramento da disputa do lote e verificada a classificação das propostas, pelo sistema, em ordem crescente dos preços cotados, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, observados, ainda, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, tributos e encargos, custos diretos e indiretos e as demais condições definidas neste Edital.

5.16. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta econômica escrita, conforme modelo disponível neste Edital, nos prazos e formas fixados no subitem 6.10.

5.16.1. Na indicação do valor unitário, somente serão consideradas 2 (duas) casas decimais.

5.16.2. No momento da apresentação da proposta escrita, os valores dos itens e/ou o valor global do lote não poderão ser majorados em relação ao último lance ofertado e registrado no sistema.

5.16.2.1. Quando os lances ofertados forem pelo valor global do lote e não pelo valor global do item, os valores dos itens apresentados na proposta escrita serão considerados como o último lance ofertado pelo licitante.

5.17. Serão desclassificadas as propostas que, após eventuais ajustes, apresentarem valor global do lote ou total de qualquer item superior ao valor estimado da contratação, observado o disposto no subitem 5.21.

5.18. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

5.19. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando primeiro a situação de empate detectada automaticamente pelo sistema e a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

- NEGOCIAÇÃO -

5.20. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema, via *chat*, solicitação de negociação com a LICITANTE que tenha apresentado a proposta classificada em primeiro lugar, ou com a LICITANTE que passe a ocupar esta posição, para que sejam obtidas condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

5.21. Quando todas as propostas estiverem acima do valor estimado da contratação, e não houver sucesso na negociação com a primeira colocada para reduzir ou igualar o seu preço ao valor estimado, o pregoeiro deverá negociar com as demais licitantes, considerando a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.21.1. Se após a negociação com as demais licitantes não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado da contratação, a licitação será declarada fracassada.

6. HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação dos interessados será verificada em consonância com o Art. 58 da Lei nº 13.303/2016, para comprovação da possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações por parte do interessado, de sua qualificação técnica e capacidade econômica e financeira.

6.1.1. As LICITANTES pré-qualificadas estarão dispensadas de apresentar os

documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo os porventura vencidos.

6.2 A comprovação do ramo de sua atividade será feita, conforme o caso, por meio de:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus Administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2.2. O ramo de atividade da empresa deverá ser pertinente ao objeto licitado.

6.3. A prova de regularidade fiscal e trabalhista será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

6.4 A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o ramo de atividade de acordo com o objeto deste Edital, conforme APÊNDICE 1 do Edital.

6.5. A capacidade econômica e financeira será comprovada mediante apresentação de Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, para comprovar:

6.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), relativos à boa situação financeira, iguais ou maiores que 1,0 (um). O cálculo dos citados índices serão efetuados, conforme a seguir:

ILG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

ISG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

ILC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

6.5.1.1. A LICITANTE que apresentar, pelo menos um dos índices indicados acima, **inferior a 1 (um)**, deverá comprovar que possui patrimônio líquido de no **mínimo 10% (dez por cento)** do preço arrematado do lote.

6.5.2. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, exigíveis nos termos dos subitens 6.5.2.1 e 6.5.2.2, deverão ser apresentados contendo no mínimo:

- a) Resultados das contas do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido;
- b) Resultados das contas de receita, despesa e lucro/prejuízo do Exercício;
- c) Comprovação do registro do Balanço e da Demonstração do Resultado do Exercício na Junta Comercial ou em órgão competente.

6.5.2.1. Deverá ser apresentado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício **do último exercício social**, caso a convocação do licitante para fins de habilitação ocorra **a partir do primeiro dia útil do mês de junho** do ano seguinte ao ano-Calendário a que se refere a escrituração.

6.5.2.2. Poderá ser apresentado o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício **do penúltimo exercício social**, caso a convocação do

licitante para fins de habilitação ocorra **até o último dia útil do mês de maio** do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

6.5.2.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

6.5.2.4. As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de 1 (um) ano deverão apresentar o balanço de abertura ou intermediário, conforme o caso.

6.5.2.5. As sociedades constituídas com mais de 1 (um) ano de exercício poderão apresentar o balanço intermediário, desde que haja comprovação de que o estatuto ou contrato social autoriza a sua emissão, ou em decorrência de lei.

6.5.3. Também deverá ser apresentado Certidão negativa de falência e recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, quando for o caso, de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

6.5.3.1. Se a certidão apresentada contiver a observação de que o seu conteúdo declaratório (nada consta) não abrange eventuais processos que tramitam eletronicamente, deverá ser apresentada a Certidão negativa de falência e recuperação judicial e extrajudicial emitida pelo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE ou outro sistema eletrônico próprio do Tribunal da região da sede da pessoa jurídica.

6.5.3.2. Quando o prazo de validade não estiver expresso na Certidão, deverá ser considerado válido para os efeitos deste Edital, desde que expedida em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da emissão do documento;

6.5.3.3. Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

6.5.3.4. Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

6.6 O interessado deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Declarações conjunta, ou em separado, que atendam os seguintes pontos, conforme modelo constante neste Edital:

a.1) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

a.2) até a presente data, inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

a.3) atende plenamente os requisitos de habilitação constantes neste Edital;

a.4) ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação;

a.5) não está incurso em nenhuma das vedações previstas no art. 38 da Lei 13.303/2016.

b) Declaração de que é MICROEMPRESA - ME / EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP / COOPERATIVA - COOP, constante do APÊNDICE 1 deste Edital, quando for o caso.

6.7 Os documentos de habilitação previstos nos subitens 6.2, 6.3 e 6.5 deste Edital serão verificados, preferencialmente, por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, sendo que as informações para cadastramento no SICAF estão disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.8. Além da consulta ao SICAF, o CNPJ/CPF do interessado deverá ser verificado nos Cadastros Nacionais de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, disponível no portal da transparência, e de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça/CNJ.

6.8.1. Caso haja registro impeditivo da contratação, a licitante será inabilitada quando a penalidade incorrer no art. 38, da Lei 13.303/2016.

6.9 Poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando o interessado esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF, sendo os resultados da consulta considerados como meio de prova.

6.10. Os documentos exigidos neste Instrumento, bem como aqueles, porventura, vencidos no SICAF e a Proposta Econômica, devidamente ajustada ao seu último lance, deverão ser encaminhados no prazo de **até 08 (oito) horas úteis**, contado do momento da convocação pelo pregoeiro no sistema Licitações-e, sob pena de inabilitação, observado o horário comercial, com a utilização de uma das seguintes opções:

a) por meio do Licitações-e, no acesso identificado, sendo anexados (cópias digitalizadas) ao sistema, ou

b) para o e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, ou

c) por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico - SEI,

6.10.1 Para os casos de encaminhamento dos documentos pelo sistema Licitações-e ou por e-mail, os originais ou as cópias autenticadas deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, no prazo máximo de **até 03 (três) dias úteis**, contado do momento da convocação pelo pregoeiro no sistema, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, sob pena de inabilitação.

6.10.1.1. Nos casos de entrega dos documentos diretamente no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, deverá ser observado o prazo indicado no subitem 6.10.1.

6.10.2. Se a licitante arrematante optar, quando convocada, pelo encaminhamento dos documentos por meio do SEI, não haverá necessidade de encaminhar os originais.

6.10.2.1. As licitantes, como usuárias externas, são responsáveis pelos seus credenciamentos no Sistema de Processo Administrativo Eletrônico - SEI, devendo realizar os procedimentos em tempo hábil para o encaminhamento dos documentos no prazo estabelecido no subitem 6.10.

6.10.2.1.1. Considerando os procedimentos necessários para a efetivação do cadastro, recomendamos que a licitante interessada antecipe o seu credenciamento no SEI antes mesmo da data da sessão pública do Pregão. Para tanto, poderão ser obtidas as informações necessárias na página dos Correios na Internet (www.correios.com.br).

6.11. Na forma da Lei Complementar 123/2006, no caso de Microempresa - ME / Empresa de Pequeno Porte - EPP / Cooperativa - COOP, havendo alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério dos CORREIOS, para regularização da documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação da licitante pelo Pregoeiro, após concluída a análise dos documentos de habilitação, sendo que, após esse prazo, será inabilitada do certame.

6.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 6.11. poderá ser concedida, quando requerida pelo LICITANTE, mediante apresentação de justificativa.

6.11.2 A LICITANTE ME/EPP/COOP, beneficiada pelo regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo havendo alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista.

6.11.3. A abertura da fase para manifestação de intenção de interposição de recurso, em relação ao resultado do certame, ocorrerá somente após os prazos de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 6.11. ou 6.11.1., ou após a regularização fiscal e trabalhista da licitante.

6.11.4. A não apresentação de documentação fiscal e trabalhista devidamente regularizada, no prazo concedido pela Administração, acarretará a perda do direito à adjudicação, sem prejuízos das sanções previstas neste Edital.

6.12. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" expedidos por quaisquer órgãos, em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus Anexos.

6.13. O não cumprimento das exigências contidas neste Item implicará na inabilitação da LICITANTE do certame, ficando, também sujeita às penalidades previstas neste Edital.

6.14 Quando admitida a participação de Cooperativas, além dos documentos acima exigidos, deverão ser apresentados os seguintes instrumentos:

a) Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores, devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual (se houver);

a.1) Para efeito de habilitação jurídica as Cooperativas deverão observar o disposto na Lei 5.764/1971;

b) relação nominal e respectiva qualificação (identidade, CPF, endereço, número de inscrição de autônomo junto ao INSS - NIT) de todos os cooperados que farão parte da equipe que executará o objeto licitado;

c) modelo de gestão operacional, com a indicação de que o trabalho será executado de forma compartilhada ou em rodízio, bem como as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória.

6.15. O CNPJ do interessado utilizado nesta licitação deverá ser o mesmo

compreendido no SICAF e em todos os documentos de habilitação. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o interessado for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.16. Constatado o atendimento a TODAS as exigências fixadas no Edital, o Pregoeiro declarará a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do referido Pregão, caso não haja recurso.

6.16.1. Antes da Adjudicação, o pregoeiro convocará no Sistema Licitações-e, por meio de chat, os licitantes participantes do certame, a manifestarem no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, interesse em registrar os mesmos preços praticados pelo licitante vencedor.

- EXIGÊNCIA DE EXEMPLARES -

6.17. Nesta licitação os exemplares serão exigidos na fase de contratação, conforme disposto na Cláusula Segunda da Minuta do Contrato.

7. RECURSOS

7.1. Após a declaração da licitante vencedora, será aberto o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para as demais licitantes manifestarem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com o registro da síntese de suas razões.

7.1.1. Para as licitantes que manifestarem a intenção de recurso, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões relacionadas à intenção manifestada, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vistas dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

7.1.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na **decadência desse direito**, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

7.2. O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.3. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

7.4. Os Recursos contra a decisão de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS deverão ser interpostos no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da intimação do ato.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

8. PENALIDADES

8.1. Advertência: será aplicada quando a ocorrência, devidamente justificada pela licitante, não recomende a aplicação de penalidades mais gravosas;

8.2. Multa: no percentual de até **10% (dez por cento)** sobre o valor arrematado do lote, salvo quando a ocorrência, devidamente justificada pela licitante, restrinja a aplicação da penalidade a advertência ou a não-penalização;

8.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, salvo quando a ocorrência, devidamente justificada pela licitante, recomende a aplicação de penalidades menos gravosas.

8.4. A LICITANTE ficará sujeita às sanções previstas nos subitens acima, sem prejuízo da reparação dos danos causados, quando:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.

f) não mantiver os preços ou as condições de habilitação;

g) recusar-se, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços;

8.5. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas.

8.6 A pessoa jurídica incurso nas penalidades previstas na Lei 13.303/2016, também pode incorrer nas sanções disciplinadas pela Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos previstos nesta legislação.

8.7. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovados.

8.8. As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

9. REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na Ata os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, assim como dos licitantes que mantiverem suas propostas originais;

III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.1.1. O registro a que se refere o inciso II tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

9.1.2. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

9.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

9.3. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da Administração.

9.4. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos objetos, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.5. A aquisição dos objetos será precedida da assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.6. A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a ata de registro de preços, nos prazos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

10.2. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação, sendo verificada a regularidade fiscal e trabalhista prevista no subitem 6.3. deste Edital.

10.3. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante adjudicatária será convocada para realizar cadastro e assinar a Ata de Registro de Preços eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio de login e senha ou certificado digital (token), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação pelo SEI, sob pena de caracterizar renúncia ao direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas neste Edital.

10.3.1. O prazo para liberação, pelos CORREIOS, do cadastro, de que trata o subitem acima, não será computado em desfavor da licitante adjudicatária.

10.3.2. As informações sobre os procedimentos para cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI serão enviadas à licitante adjudicatária no momento da convocação.

10.4. Os Correios, a seu critério, poderá convidar a licitante adjudicatária, por meios eletrônicos ou carta com "AR" (Aviso de Recebimento), para realizar a assinatura presencial da Ata de Registro de Preços.

10.4.1. Havendo concordância, o prazo de assinatura presencial da Ata será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da convocação, sob pena de caracterizar renúncia ao direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas neste Edital.

10.5. É facultado aos CORREIOS, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

10.6. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses.

10.6.1. A Ata de Registro de Preços, oriunda deste certame e durante a sua vigência, desde que previamente autorizada pelo órgão licitante dos CORREIOS, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública ou sociedade de economia mista prevista no art. 1º da Lei 13.303/2016.

10.7. A Minuta da Ata de Registro de Preços estabelecerá a forma de pagamento e demais condições de registro de preço.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato, constantes neste Edital, devendo a licitante adjudicatária manter todas as condições de habilitação.

11.1.1. A Minuta do Contrato estabelecerá a forma de pagamento e demais condições de contratação.

11.2. As licitantes deverão conhecer e se comprometer, por todos os seus representantes, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a licitação, no que couber, o "Código de Conduta Ética dos Correios", que se encontra disponível no endereço eletrônico da Empresa na Internet, www.correios.com.br (página principal), sob pena de se submeter, em caso de descumprimento, às sanções previstas naquele Código.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS DA LICITAÇÃO

12.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo os CORREIOS revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

12.1.1. Havendo a intenção em revogar ou anular esta licitação, após iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, será concedido às LICITANTES prazo de **05 (cinco) dias úteis** para contestarem, contados a partir da data da notificação, de forma a assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.2. A LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

12.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior:

a) efetuar, em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação e habilitação da licitante, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

c) convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

12.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

12.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Competente, desde que pertinentes com o objeto do Pregão, observada a legislação em vigor.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á

o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na unidade dos CORREIOS promotora do evento.

12.8. Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual, como se nele estivessem transcritos.

13. FORO

11.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de [CIDADE]/[UF], para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Pregão.

[NOME]

Pregoeiro

Portaria nº [número/ano]

APÊNDICE 1

(Modelo I)

MODELO DE PROPOSTA ECONÔMICA

1. Razão Social da Empresa:
2. CNPJ Nº.:
3. Validade da Proposta: dias (*no mínimo 60 (sessenta) dias*)
4. Prazo de Pagamento: conforme Edital.....
5. A Unidade da Federação na qual será emitido o documento fiscal é.....
6. Apresentamos nossa Proposta para o objeto do **Pregão nº/20.....**, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	QTDE	MARCA/ MODELO	CÓDIGO NCM	CÓDIGO FIPE	DESCONTO (%)	ACRÉSCIMO (%)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]	[informar]
VALOR GLOBAL DO LOTE								[informar]	

Instruções de preenchimento:

- Marca/Modelo: informar marca/modelo do veículo a ser ofertado;
- Fornecedor deverá informar o código NCM de acordo com a Tabela de Incidência de Produtos Industrializados - TIPI vigente;
- Código FIPE: informar código FIPE do respectivo veículo marca/modelo ofertado;
- Desconto (%) ou Acréscimo (%): informar o percentual de desconto ou acréscimo sobre o valor do veículo referente ao código FIPE (preencher somente um dos campos).

OBS. 1: O Preço Unitário do Veículo será composto da seguinte forma: (Código FIPE - Desconto + Acréscimo) = Preço Unitário

OBS. 2: O Preço Total do Veículo será composto da seguinte forma: (Preço Unitário x Qtde) = Preço Total

OBS. 3: O Valor Global do Lote = Preço Total

OBS. 4: A ECT é isenta do pagamento de IPVA.

OBS 5: DEVERÁ SER REGISTRADO NO SISTEMA O VALOR GLOBAL DO LOTE.

7. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto do Edital e seus Anexos.

8. **Garantia do objeto:** Declaramos que a garantia do objeto cotado é de 01 (um) ano, a partir da data de emissão do Termo de Aceitação Estadual, conforme estabelecido no Termo de Garantia.

9. Declaramos que somos fabricantes do objeto deste Pregão, cuja **marca e modelo são:** [informar] (**LEMBRETE: quando for o caso**)

OU

9. Declaramos que forneceremos o objeto deste Pregão, cujo **fabricante, marca e modelo são:** [informar] (**LEMBRETE: quando for o caso**)

10. Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

11. Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.

12. Declaramos que o disposto na Resolução 13, de 2012, do Senado Federal, aplica-se aos itens nº [informar] por se tratarem de bens/mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro, **não foram submetidos a processo de industrialização.**

E / OU

12. Declaramos que o disposto na Resolução 13, de 2012, do Senado Federal, aplica-se aos itens nº [informar] por se tratarem de bens/mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro, **foram submetidos a processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação e/ou recondicionamento, resultando em**

mercadorias/bens com Conteúdo de Importação superior a 40% (quarenta por cento).

UF, de de 20..

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME E CPF

PRAZOS E FORMAS PARA ENCAMINHAMENTO:

1. A licitante arrematante deste Pregão deverá encaminhar a **Proposta**, devidamente ajustada ao seu último lance, observadas as condições de substituição tributária, após a convocação no sistema pelo pregoeiro, conforme disposto no subitem 6.10 deste Edital.

2. O não encaminhamento da Proposta nos prazos acima definidos implicará na sua **desclassificação**.

CADASTRO DE FORNECEDOR JUNTO AOS CORREIOS

Para que seja providenciado o cadastro do fornecedor nos correios, deverá ser encaminhada carta, por e-mail, contendo os dados abaixo:

1. Inscrição Estadual:
2. Inscrição Municipal:.....
3. Endereço:
4. Telefone: E-mail:
5. Banco: Agência: Conta Corrente:..
6. Representante da Empresa:
7. Cargo: RG: CPF:

Para que seja providenciado o cadastro do fornecedor no sei - sistema eletrônico de informação - para viabilizar a assinatura eletrônica do instrumento contratual, deverão ser informados os dados do(s) representante(s) legal(is) da empresa:

1. Nome completo do Representante legal da Empresa:
2. Cargo: RG: CPF:
3. E-mail:

Obs.: O e-mail deverá ser único por representante, pois o mesmo será utilizado como *login* de acesso restrito e individual para assinatura eletrônica do Contrato. É possível visualizar e salvar o Contrato disponibilizado.

APÊNDICE 1

(Modelo II)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Este modelo é um exemplo de como será avaliada a qualificação técnica da licitante)

Atestamos para os devidos fins que a empresa [nome e CNPJ] da empresa] estabelecida à [endereço completo da empresa], na categoria de **fabricante/distribuidora/revendedora** do objeto desta licitação, forneceu para esta empresa [nome e CNPJ] da empresa emitente], na condição de **cliente adquirente** dos objetos especificados abaixo, no período de ___/___ a ___/___:

Objeto (Lembrete: se for o caso): [informar]

QUANTIDADE (Lembrete: se for o caso): [informar]

MARCA DO FABRICANTE: [informar]

Nº. CONTRATO: [informar] DE/...../.....

VALOR PARCIAL/GLOBAL (R\$): [informar] (se possível).

Atestamos ainda, que tais fornecimentos foram executados de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos para o(s) objeto(s) e no prazo pactuado, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e data

IDENTIFICAÇÃO (nome, cargo/função) E ASSINATURA DO DECLARANTE

CONDIÇÃO DE ACEITABILIDADE:

a) os atestados podem ser emitidos pela mesma pessoa jurídica, contudo deverão reportar-se a relações contratuais distintas, caso a licitante deseje apresentar mais

de um atestado;

b) a omissão de qualquer item acima previsto será analisada pelo Pregoeiro, que decidirá pela validação ou não do Atestado de Capacidade Técnica, desde que não comprometa a análise da qualificação técnica e o atestado se encontre pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

c) não serão aceitos atestados emitidos para outros fornecedores que não sejam aqueles que efetivamente tenham assinado o contrato com a emitente.

APÊNDICE 1

(Modelo III)

DECLARAÇÕES

Empresa [informar], inscrita no CNPJ nº [informar], por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) [informar], portador(a) da Carteira de Identidade nº [informar] e do CPF nº [informar], **DECLARA sob as penas da Lei:**

1. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
2. que até a presente data, inexistem fato(s) impeditivo(s) para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
4. ter recebido todos os documentos e informações, conhecer e acatar as condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação.
5. que não está incurso em nenhuma das vedações previstas no art. 38 da Lei 13.303/2016.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME E CPF

APÊNDICE 1

(Modelo IV)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA

Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e/ou pela Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ: [informar] RAZÃO SOCIAL: [informar]

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME E CPF

APÊNDICE 2

MODELOS DE TERMOS

MODELO (I)

TERMO DE INSPEÇÃO EM FÁBRICA - VEÍCULO "CABEÇA DE SÉRIE"

CONTRATO Nº [NÚMERO]/[ANO]

1. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO "CABEÇA DE SÉRIE" INSPECIONADO: [informar]

CHASSIS: [informar]

2. Resultado da Inspeção (marcar com "x"):

Atestamos que o veículo acima relacionado foi inspecionado e considerado:

- APROVADO, por se encontrar de acordo com as especificações técnicas. Autorizada a produção dos demais veículos.
- REPROVADO - registrar o(s) motivo(s): [informar]

DATA DA NOVA INSPEÇÃO: [informar data] (definida pela CONTRATADA, dentro dos

prazos previstos no Contrato).

[Local] , [Dia] de [Mês] de [Ano] .

[ASSINATURA DO RESPONSÁVEL]
[NOME E MATRÍCULA]

APÊNDICE 2

(Modelo II)

TERMO DE INSPEÇÃO EM FÁBRICA - PEDIDO

CONTRATO Nº [NÚMERO]/[ANO]

1. IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS INSPECIONADOS: [informar]

CHASSIS: [informar]

2. Autorização de Entrega: Atestamos que os veículos acima relacionados foram inspecionados e considerados de acordo com as Especificações Técnicas. Autorizada a entrega do presente pedido.

- APROVADA, por se encontrar de acordo com as especificações técnicas. Autorizada a produção dos demais veículos.
- REPROVADA - registrar o(s) motivo(s): [informar]

DATA DA NOVA INSPEÇÃO: [informar data] (definida pela CONTRATADA, dentro dos prazos previstos no Contrato).

[Local] , [Dia] de [Mês] de [Ano].

[ASSINATURA DO RESPONSÁVEL]
[NOME E MATRÍCULA]

Edital_Veículos_SRP_(P)_5.0

NJ/GCOR-DEJUR-SEJUR/SEI-8893819/2019

Referência: Processo nº 53180.040242/2019-40

SEI nº 9586655

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [NÚMERO/ANO]

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ [Informar], Inscrição Estadual [Informar], com sede [Informar] neste ato representado pelo [Informar Autoridade Competente(1)], CPF [Informar], Documento de Identidade/órgão expedidor [Informar Nº, ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF], e pelo [Informar AUTORIDADE COMPETENTE (2)], CPF [Informar], Documento de Identidade/órgão expedidor [Informar Nº, ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF], nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 7.892/2013, por meio do Pregão nº [Informar], homologado pelo Relatório [Informar/ [Informar], **RESOLVE** Registrar o Preço proposto por [Informar], CNPJ[Informar], Inscrição Estadual[Informar], com sede na [Informar], neste ato representado por seu representante legal [Informar], ocupante do cargo/função [Informar], CPF [Informar], Documento de Identidade/órgão expedidor [Informar Nº, ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF], observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1. OBJETO E PREÇO REGISTRADO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DO PREÇO para aquisição de [DESCREVER OBJETO], conforme segue:

LOTE Nº: [informar]

ITEM	DESCRIÇÃO	UM *	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
[Informar]	[Informar]	UN	[Informar]	[Informar]	[Informar]

*UM (Unidade de Medida) = UN - unidade

VALOR GLOBAL TOTAL: [VALOR EM R\$ (VALOR POR EXTENSO)].

2. ANÁLISE DO EXEMPLAR

2.1. Não será exigida da CONTRATADA a apresentação de exemplar nesta fase.

3. QUANTIDADES E FORMA DE ENTREGA DO PEDIDO

3.1. Os veículos deverão ser entregues nas localidades listadas na Relação de Endereços Para Entrega, em anexo, cujas quantidades serão informadas formalmente pela CONTRATANTE, quando da formalização dos pedidos.

Qu

3.1. Os veículos deverão ser entregues nas localidades listadas na Relação de Endereços Para Entrega, de acordo com as quantidades definidas na pauta de distribuição, **anexa ao contrato**.

3.2. O dia de entrega do objeto será previamente agendado com a contratante por intermédio do gestor operacional.

3.3. QUANTIDADES DO PEDIDO:

3.3.1. A quantidade mínima por pedido de: [Informar]% [Informar por extenso] do(s) Lote(s).

3.3.2. A quantidade máxima por pedido de: [Informar]% ([Informar por extenso]) do(s) Lote(s), ou superior, caso haja anuência do FORNECEDOR.

3.3.3. O intervalo entre os pedidos não poderá ser inferior a [Informar] ([Informar por extenso] dias, ressalvado o acordo entre as partes.

3.4. FORMA DE ENTREGA DO PEDIDO:

3.4.1. Os veículos deverão ser entregues nas quantidades e nos endereços constantes na Pauta de Distribuição, anexa ao contrato, devidamente licenciados.

3.4.1.1. Quando da entrega do pedido no destino, constatada a sua conformidade com o objeto contratado será emitido o Termo de Aceitação Estadual.

3.4.1.2. O dia de entrega do objeto deverá ser previamente agendado com a CONTRATANTE, por intermédio do GESTOR OPERACIONAL do contrato.

3.4.1.3. Na hipótese de constatação de desconformidades, serão adotadas as seguintes providências:

3.4.1.3.1. Recusado(s) o(s) veículo(s), será concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação pela CONTRATADA, para reapresentação do(s) veículo(s) destinada(s) à(s) Unidade(s) que apresentar(em) desconformidade;

3.4.1.3.2. Na reincidência da recusa, será lavrado, de imediato, o Termo de Recusa Estadual, assinado pelo Fiscal do Contrato da CONTRATANTE, que comunicará formalmente à CONTRATADA. Simultaneamente será providenciada a rescisão contratual e a aplicação das demais penalidades cabíveis.

4. PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O preço registrado é fixo e irrevogável durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário, observado o disposto no Decreto 7.892/2013.

4.2. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto desta Ata e seus Anexos.

4.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no inciso VI do art. 81 da Lei 13.303/2016.

4.3.1. Caberá aos CORREIOS realizar periodicamente pesquisa de preço para a comprovação da vantajosidade.

4.4. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato, constante no Edital, devendo o signatário da Ata manter todas as condições de habilitação.

5.2. O signatário da Ata deverá comprovar a documentação exigida na habilitação, devidamente atualizada, como condição indispensável para a assinatura do Contrato, sem prejuízo das demais disposições previstas no Edital e neste Instrumento.

5.3. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões para verificação das condições de habilitação do signatário da Ata, sendo os resultados da consulta considerados como meio legal de prova.

5.4. O signatário da Ata será convocado para assinatura do Contrato eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por meio de login e senha ou certificado digital (token), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação pelo SEI, sob pena de caracterizar renúncia ao direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas neste Instrumento.

5.5. Quando o signatário da Ata recusar-se a assinar o Contrato, é facultado aos CORREIOS o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar os fornecedores remanescentes, registrados no cadastro de reserva, anexo a esta Ata.

5.5.1. Os licitantes registrados, quando convocados, deverão apresentar os documentos de habilitação válidos.

5.5.1.1. Os licitantes registrados se obrigam a atender a convocação e assinar o Contrato no prazo fixado pela Administração, sujeitando-se às penalidades previstas nesta Ata, no caso de recusa ou de não atendimento às condições de habilitação.

5.6. A Minuta do Contrato constante no Edital, estabelecerá a forma de pagamento e demais condições de contratação.

6. ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 81 da Lei 13.303/2016, com as devidas justificativas.

6.1.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o que trata o [§ 1º do art. 81 da Lei 13.303, de 2016](#).

6.2. As alterações serão procedidas mediante Termo Aditivo ou Apostila, que farão parte da Ata, como se nela estivessem transcritos.

7. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O signatário da Ata terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não ou assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanções previstas na Lei 13.303/2016.

7.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" deste subitem será formalizado por ato dos CORREIOS, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

7.3. O cancelamento do Registro pelos CORREIOS, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste Instrumento:

- a) retenção dos créditos decorrentes do(s) Contrato(s) oriundo(s) desta Ata, até o limite dos prejuízos causados aos CORREIOS;
- b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre os Correios e o signatário da Ata, até o limite dos prejuízos causados.

7.3.1. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, o signatário da Ata será notificado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pelos CORREIOS, sob pena de aplicação das medidas judiciais cabíveis.

8. PENALIDADES

8.1. O signatário da Ata ficará sujeito a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, quando:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.1.1. Ensejará a aplicação da penalidade indicada no subitem acima, o signatário da Ata que não mantiver as condições de habilitação ou recusar-se, injustificadamente a assinar o Contrato.

8.2. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

8.3. Os fornecedores poderão ser liberados do compromisso assumido na Ata, sem aplicação de penalidades, desde que comprovem, antes de ocorrer o pedido de fornecimento, que o preço de mercado tornou-se superior ao preço registrado, mediante requerimento, confirmando a veracidade dos motivos.

8.4. Cabe ao órgão CONTRATANTE aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências aos CORREIOS.

8.5. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes dos fornecimentos correrão por conta dos recursos consignados, conforme abaixo:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL

Conta Orçamentária	Descrição
[informar]	[informar]
[informar]	[informar]

10. VIGÊNCIA

10.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, sendo contado a partir da assinatura pela Autoridade Competente do Correios.

10.1.1. Os Contratos deverão ser emitidos no prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O Registro de Preços do objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não geram aos CORREIOS a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada no respectivo Edital de Licitação.

11.2. O signatário da Ata declara estar ciente das suas obrigações para com os CORREIOS, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12. FORO

12.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de(o) [LOCAL/UF] para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata.

ANEXO 01-A

CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [número/ano]

Ficam registrados os seguintes licitantes que aceitaram cotar preços iguais ao do licitante vencedor, bem como os que mantiveram suas propostas originais, para formação de Cadastro de Reserva, obedecendo a ordem de classificação no Lote [Informar], do Pregão Eletrônico nº [número/ano]:

CLASSIFICAÇÃO	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PREÇO TOTAL (R\$)
[informar]	[informar]	[informar]	[informar]
[informar]	[informar]	[informar]	[informar]
[informar]	[informar]	[informar]	[informar]

ATA_Veículos_(P)_5.0

NJ/GCOR-DEJUR-DEJUR/SEI-8893819/2019

Referência: Processo nº 53180.040242/2019-40

SEI nº 9586874

CONTRATO Nº [NUMERAÇÃO/ANO]**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FURGÃO E/OU MOTOCICLETA****CONTRATANTE: [INFORMAR RAZÃO SOCIAL]**

CNPJ: [INFORMAR]
INSCRIÇÃO ESTADUAL: [INFORMAR]
ENDEREÇO: [INFORMAR]
CEP: [INFORMAR]
TELEFONE: [INFORMAR]
E-MAIL: [INFORMAR]

REPRESENTANTE (S):

NOME: [INFORMAR]
FUNÇÃO: [INFORMAR]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [INFORMAR]
CPF: [INFORMAR]

NOME: [INFORMAR]
FUNÇÃO: [INFORMAR]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [INFORMAR]
CPF: [INFORMAR]

CONTRATADA: [INFORMAR RAZÃO SOCIAL]

CNPJ: [INFORMAR]
INSCRIÇÃO ESTADUAL: [INFORMAR]
ENDEREÇO: [INFORMAR]
CEP: [INFORMAR]
TELEFONE: [INFORMAR]
E-MAIL: [INFORMAR]

REPRESENTANTE(S):

NOME: [INFORMAR]
CARGO: [INFORMAR]
DOCUMENTO DE IDENTIDADE: [INFORMAR]
CPF: [INFORMAR]
ENDEREÇO: [INFORMAR]
TELEFONE: [INFORMAR]
E-MAIL: [INFORMAR]

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇO**

1.1. A presente contratação tem como objeto a aquisição de [DESCREVER OBJETO], discriminados no quadro abaixo, conforme ANEXO 3 do Edital - Especificação Técnica e demais condições deste Instrumento e seus Anexos.

1.2. O valor global para o presente Contrato é de [VALOR (VALOR POR EXTENSO)], sendo os valores unitários os seguintes:

LOTE Nº: [informar]

ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	*UM	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	[informar]	UN	[informar]	[informar]	[informar]
VALOR GLOBAL					[informar]

*UM (Unidade de Medida) = UN

1.3. No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

1.4. O preço é fixo e irrevogável durante a vigência desta contratação, salvo se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras a serem definidas à época.

CLÁUSULA SEGUNDA - EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES**2.1. DO EXEMPLAR "CABEÇA DE SÉRIE":**

a) Será exigida da CONTRATADA a apresentação de 01 exemplar do veículo "Cabeça de Série" para cada item do pedido, fabricado em conformidade com o objeto contratado;

a.1) Caso o exemplar "Cabeça de Série", já tenha sido analisado no decorrer da execução da contratação de origem do Pregão, não será exigida nova análise de exemplar, ressalvado os casos de alteração do modelo de veículo;

b) A CONTRATADA deverá entregar o exemplar do veículo no prazo de até [informar]

[(por extenso)] dias úteis após a assinatura do Contrato;

c) A CONTRATADA disponibilizará nas instalações fabris o exemplar "cabeça de série".

2.2. DA ANÁLISE DO EXEMPLAR "CABEÇA DE SÉRIE":

a) A CONTRATANTE fará a análise da conformidade, observando os critérios previstos neste Instrumento e seus Anexos, conforme a seguir:

a.1) Aprovado o exemplar, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo "Cabeça de Série", fato que propiciará o início da produção em fábrica;

a.2) Reprovado o exemplar, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo "Cabeça de Série", onde serão registradas as desconformidades, caso em que será concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis para a reapresentação do exemplar devidamente corrigido;

a.3) Sanadas as desconformidades, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica - Veículo "Cabeça de Série", fato que propiciará o início da produção em fábrica;

b) No caso de persistirem as desconformidades, será concedido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a nova reapresentação do exemplar devidamente corrigido;

b.1) Ao persistirem as desconformidades do exemplar, proceder-se-á à reprovação definitiva do mesmo, bem como a rescisão do Contrato e aplicação das penalidades cabíveis.

2.3. DA INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO - AMOSTRAGEM:

a) A CONTRATANTE fará a análise da conformidade do pedido, por amostragem, de acordo com a Especificação Técnica, observando os critérios previstos neste Instrumento e seus Anexos, conforme a seguir:

a.1) Aprovado o pedido, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, fato que propiciará a autorização da entrega;

a.2) Reprovado o pedido, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, onde serão registradas as desconformidades, caso em que será concedido à CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias úteis para nova inspeção;

a.3) Sanadas as desconformidades, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Inspeção em Fábrica do Pedido, fato que propiciará a autorização da entrega;

a.4) Ao persistirem as desconformidades do pedido, proceder-se-á à reprovação definitiva do mesmo, bem como a rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades previstas neste Instrumento.

b) A CONTRATANTE realizará inspeções intermediárias durante a produção dos veículos, previamente agendadas com a CONTRATADA com o objetivo de acompanhar as diversas etapas da produção visando prevenir possíveis desconformidades e assegurar o fiel cumprimento das Especificações Técnicas.

2.4. DO PRAZO DE ENTREGA DO PEDIDO NO DESTINO:

2.4.1. Até [informar] (por extenso) dias úteis, contados após o recebimento da comunicação do resultado do Termo de Inspeção em Fábrica - "Cabeça de Série".

2.4.2. O dia de entrega do objeto será previamente agendado com a contratante por intermédio do gestor operacional.

2.5. DA ENTREGA DO PEDIDO NO DESTINO:

a) Os veículos deverão ser entregues nas quantidades e nos endereços constantes na Pauta de Distribuição, anexa a este Instrumento, devidamente licenciados;

a.1) Quando da entrega do pedido no destino, constatada a sua conformidade com o objeto contratado será emitido o Termo de Aceitação Estadual;

b) Na hipótese de constatação de desconformidades, serão adotadas as seguintes providências:

b.1) Recusado(s) o(s) veículo(s), será concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação pela CONTRATADA, para reapresentação do(s) veículo(s) destinada(s) à(s) Unidade(s) que apresentar(em) desconformidade;

b.2) Na reincidência da recusa, será lavrado, de imediato, o Termo de Recusa Estadual, assinado pelo Fiscal do Contrato da CONTRATANTE, que comunicará formalmente à CONTRATADA. Simultaneamente será providenciada a rescisão contratual e a aplicação das demais penalidades cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
[informar]	[informar]
[informar]	[informar]

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

4.1. O período de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogado, sendo contado a partir da assinatura pela Autoridade Competente do Correios.

CLÁUSULA QUINTA - GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão deste Contrato será feita:

5.1.1 Por parte da CONTRATANTE:

ÁREA GESTORA OPERACIONAL: [informar]

TELEFONE: [informar]

E-MAIL: [informar]

ÁREA GESTORA ADMINISTRATIVA: [informar]

TELEFONE: [informar]

E-MAIL: [informar]

5.1.2. Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR: [informar]

TELEFONE: [informar]

E-MAIL: [informar]

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. HABILITAÇÃO:

a) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

a.1) A CONTRATADA deverá manter atualizado os dados cadastrais no Cadastro de Fornecedores dos Correios.

6.2. FISCALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO:

a) Emitir documento fiscal com o mesmo CNPJ que consta neste Instrumento, com a discriminação do local de entrega no endereço do destinatário e do objeto no corpo do mesmo, bem como destacar, se possível, o número do contrato, da carta de solicitação, o número do pedido e para cada item, o código da NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul, conforme legislação correlata, cujas informações estão disponíveis no site da Receita Federal.

a.1) Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos;

a.2) No caso de Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) - NF-e, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, por meio do endereço de e-mail: documentofiscal@correios.com.br, respectivo(s) arquivo(s) no formato XML.

b) Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA - ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada, na emissão dos documentos fiscais:

b.1) A inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado às informações complementares, ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelevel, as expressões: "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL", para os casos de emissão de documentos não eletrônicos;

b.2) Nas notas fiscais eletrônicas devem constar, no campo destinado as informações complementares, as expressões: "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL";

b.3) Apresentar em duas vias a declaração constante no anexo IV da IN/RFB 1.234/2012 no ato da assinatura do contrato e/ou na prorrogação, caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL.

b.3.1) Quando o instrumento contratual ou termo aditivo for assinado eletronicamente o documento, de que trata o subitem acima, deverá ser enviado em até 02 (dois) dias úteis a contar da data de assinatura.

6.3. EXECUÇÃO:

a) Disponibilizar em fábrica, o exemplar "Cabeça de Série" do veículo para verificação da conformidade com a Especificação Técnica, nas quantidades e prazos definidos neste Instrumento;

b) Efetuar a entrega do objeto contratado, juntamente com o documento fiscal, de acordo com todas as condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

b.1) Os veículos deverão ser emplacados no respectivo município, conforme previsto na relação de endereços de entrega, com toda a documentação pertinente em nome da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

b.2) A CONTRATANTE goza de imunidade para o pagamento de IPVA. Nos estados onde ocorrer problemas com o licenciamento, especificamente com relação à exigência do IPVA, após a comunicação formal da CONTRATANTE, os veículos poderão ser entregues sem o licenciamento (emplacamento), sem prejuízo dos prazos de entrega estipulados nas condições específicas deste Instrumento;

b.2.1) Nesta situação, a CONTRATADA atuará em conjunto com a CONTRATANTE para solucionar pendências pertinentes ao IPVA;

b.2.2) Após a superação da pendência para o emplacamento, relativa à imunidade do IPVA, a CONTRATADA será informada por intermédio de carta e terá o prazo de até 15 (quinze) dias, após o recebimento da correspondência, para efetuar o licenciamento (emplacamento) dos veículos entregues, incluindo o pagamento de todas as taxas pertinentes e também o seguro obrigatório;

c) O(s) veículo(s) que forem recusados na(s) Unidades(s) deverão ser retirados, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após comunicação da CONTRATANTE, independentemente do prazo para a entrega do pedido, sem ônus para a CONTRATANTE;

c.1) Caso não ocorra a retirada do veículo(s) recusado(s), a CONTRATANTE poderá dar a destinação que lhe convier, sendo da CONTRATADA o ônus das despesas, decorrentes da destinação;

d) Prestar assistência técnica no período de garantia do(s) veículo(s) contada a partir da data de emissão do Termo de Aceite Estadual, válida por 01 (um) ano;

e) A CONTRATADA deverá apresentar, em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato, a relação de credenciadas que irão prestar a assistência técnica, nas condições previstas no Termo de Garantia.

f) Fornecer os veículos acompanhados de manuais, especificações e acessórios necessários a sua utilização, se houver, e prestar esclarecimentos e informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE;

g) A CONTRATADA deverá fornecer, em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato, a tabela temporária (TMO) ou tempo de mão de obra de execução de serviços de manutenção.

6.4. RESPONSABILIDADES:

a) Sanear, às suas expensas, em garantia, os vícios, defeitos ou incorreções que se verificarem nos objetos, respondendo diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, durante a execução deste Contrato.

b) Responsabilizar-se de todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

c) A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Analisar a conformidade do exemplar "Cabeça de Série", conforme disposto nas Condições Específicas deste Instrumento.

7.2. Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

7.3. Receber o(s) veículo(s) entregues, mediante a apresentação do respectivo documento fiscal.

7.4. Recusar o pedido ou parte deste, segundo os critérios constantes neste Instrumento, e comunicar formalmente à CONTRATADA.

7.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento.

7.6. Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

7.7. Encaminhar à Seguradora, dentro do prazo de validade da(s) Apólice(s), cópia das Notificações de Descumprimento Contratual, enviadas à CONTRATADA, para fins de caracterização da expectativa de sinistro, conforme previsto nos arts. 769 e 771 do Código Civil, quando for o caso de garantia sob a modalidade Seguro-Garantia.

CLÁUSULA OITAVA - PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

8.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seus decretos regulamentadores, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

8.2. A Contratada declara conhecer e se compromete, por todos os seus prepostos, a respeitar, cumprir e fazer cumprir durante a execução do contrato, no que couber, o "Código de Conduta Ética dos Correios", que se encontra disponível no endereço eletrônico da Contratante na Internet, www.correios.com.br (página principal), sob pena de se submeter às sanções previstas naquele Código.

8.2.1 A Contratada deverá adotar um perfil ético em suas práticas de gestão, inclusive na cadeia produtiva de seus fornecedores.

8.3. As Partes, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a lei 12.529/11 (Lei de Defesa da Concorrência).

8.4. Em caso de indícios de descumprimento desta Cláusula, a CONTRATANTE poderá realizar diligências, diretamente ou por meio de terceiros, à CONTRATADA, que deverá cooperar e disponibilizar informações, documentos, inclusive por meio de entrevistas com seus colaboradores, observadas as restrições de acesso a informação previstas na legislação brasileira.

8.5. A comprovada violação de qualquer uma das obrigações previstas nesta cláusula poderá ocasionar a rescisão deste Contrato, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, além das demais sanções contratuais e legais aplicáveis.

CLÁUSULA NONA - MATRIZ DE RISCOS

[Escolha uma das opções]

9.1 Não se aplica

OU

9.1 A análise dos riscos associados à essa contratação foi realizada com base nas informações da Matriz de Risco deste Contrato.

9.1.1 Risco é o efeito da incerteza nos objetivos, sendo muitas vezes expresso em termos de uma combinação de consequências de um evento e a probabilidade de ocorrência associada. Considera-se "incerteza" o estado, mesmo que parcial, da deficiência das informações relacionadas a um evento, sua compreensão, seu

conhecimento, sua consequência ou sua probabilidade

9.2 Os riscos decorrentes da relação contratual foram identificados e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabeleceu-se os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Apêndice a este Contrato.

9.3 A CONTRATADA tem conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato e os considerou na formulação de sua proposta.

9.4 É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados (nome e número do banco, número da agência e número da conta corrente) fornecidos pela CONTRATADA.

10.2. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento do(s) veículo(s), mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, conforme cronograma abaixo:

Data de Atesto da NF	Vencimento
Dia 1 a 15 do mês	Dia 28 do M+2
Dia 16 a 25 do mês	Dia 16 do M+3

Legenda:

M = mês do atesto

M + 2 = mês do atesto acrescido de dois meses

M + 3 = mês do atesto acrescido de três meses

10.2.1. Havendo disponibilidade e interesse da CONTRATANTE, bem como solicitação da CONTRATADA, o pagamento eventualmente poderá ser antecipado, mediante desconto, nos termos e nas regras estabelecidas no site dos CORREIOS, acessando: http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/valorpresente/default.cfm.

10.2.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal) e Contribuições Sociais e às de Terceiros (INSS);

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelos respectivos órgãos;

10.2.2.1. Poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões, especialmente quando a CONTRATADA estiver com alguma documentação vencida.

10.2.2.2. A não apresentação ou a irregularidade dos documentos previstos no subitem 10.2.2. não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

10.2.3. Caso o documento fiscal apresente incorreção o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

10.2.4. O documento fiscal emitido pelo sujeito passivo por substituição deverá conter, além das indicações normalmente exigidas pela legislação tributária, o valor de base de cálculo para a retenção e o valor do ICMS/Substituição Tributária retido, quando for o caso.

10.2.5. A CONTRATADA, substituta tributária, deverá estar inscrita no cadastro de contribuintes da Unidade da Federação destinatária do bem e deverá constar o número da inscrição no documento fiscal, quando for o caso.

10.2.5.1. Caso a CONTRATADA não esteja inscrita, deverá efetuar o recolhimentos devido à Unidade da Federação destinatária, por meio de GNRE e anexar uma via ao documento fiscal para acompanhar o transporte do bem, quando for o caso.

10.2.6. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

10.2.7. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

10.2.8. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

10.2.9. O faturamento do(s) documento(s) fiscal(is) terá como referência o(s) local(is) de entrega definido(s) pela CONTRATANTE.

10.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE - a título de atualização financeira, compensações financeiras e penalizações - encargos moratórios, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

10.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

10.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, mantendo as mesmas condições contratuais.

b.1) as supressões poderão exceder os limites estabelecidos na alínea "b".

c) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

d) necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento;

e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

f) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento.

11.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

11.2.1. APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas neste Instrumento;

b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

11.2.2. TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

11.3. Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento das obrigações deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CONTRATANTE, garantidos a ampla defesa e o contraditório:

12.1.1. **Advertência:** quando:

a) o descumprimento não constituir obrigação principal;

b) não houver penalidade de multa específica para o descumprimento;

c) não houver reincidência do fato gerador da penalidade.

12.1.1.1 As multas cujos valores sejam inferiores a 100 (cem) vezes o PPCC - Primeiro Porte da Carta Comercial básico serão convertidas em advertência, desde que não tenha sido aplicada a advertência para o mesmo fato gerador.

12.1.1.2 Quando houver a reincidência do fato gerador de advertência já aplicada, a CONTRATADA incidirá na multa disposta no subitem 12.1.2.2, alínea "P".

12.1.2. **Multa:** aplicada nos seguintes casos:

12.1.2.1. **Multa de mora:**

a) 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, quando poderá ensejar a rescisão deste Contrato, no caso de atraso na entrega do exemplar "cabeça de série", em relação ao prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento;

b) 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, quando poderá ensejar a rescisão deste Contrato, no caso de atraso na primeira reapresentação do exemplar "cabeça de série", em relação ao prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento;

c) 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, até o limite de 5 (cinco) dias, quando poderá ensejar a rescisão deste Contrato, no caso de atraso na segunda reapresentação do exemplar "cabeça de série", em relação ao prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento;

d) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor correspondente à quantidade não entregue, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, no caso de atraso na entrega do pedido ou parte deste, em relação ao prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento;

d.1) após o prazo acima e a critério da CONTRATANTE, poderá ocorrer a aceitação do objeto, com aplicação de multa de 1% (um por cento), sobre o valor da quantidade não entregue, por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 60% (sessenta por cento);

d.2) Para efeito de cálculo e aplicação das penalidades versadas neste subitem, compreender-se-á a cada localidade de entrega como um pedido autônomo;

e) atraso na apresentação/reposição/complementação da garantia de execução contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento, nos moldes da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA deste Contrato: 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total da garantia a ser prestada ou do valor da diferença a ser repostada/complementada, por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após esse prazo será aplicado o subitem 15.2.1 deste Contrato.

f) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, no caso de atraso na apresentação da relação de credenciadas.

12.1.2.2. Demais multas:

a) 2% (dois por cento) sobre o valor global atualizado deste instrumento, no caso da não entrega do exemplar "cabeça de série", após o limite especificado na alínea "a" do subitem 12.1.2.1;

b) 2% (dois por cento) sobre o valor global atualizado deste instrumento, no caso da não reapresentação do exemplar "cabeça de série", após o limite especificado na alínea "b" do subitem 12.1.2.1;

c) 2% (dois por cento) sobre o valor global atualizado deste instrumento, no caso da não reapresentação do exemplar "cabeça de série", após o limite especificado na alínea "c" do subitem 12.1.2.1;

d) 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor global atualizado deste instrumento, no caso da primeira reapresentação do exemplar "cabeça de série" contendo desconformidade;

e) 2% (dois por cento) sobre o valor global atualizado deste instrumento, quando ensejar a rescisão deste Contrato, no caso da segunda reapresentação do exemplar "cabeça de série", caso sejam ainda encontradas desconformidades;

f) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, no caso da não disponibilização dos veículos para inspeção em fábrica;

g) 3% (três por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, no caso da não reapresentação dos veículos para nova inspeção em fábrica, no prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento;

h) 80% (oitenta por cento) sobre o valor correspondente à quantidade não entregue, quando poderá ocorrer a rescisão contratual e demais penalidades previstas nesta cláusula, no caso da não entrega do pedido ou parte do mesmo, no destino, após o limite constante na alínea "d.1" do subitem 12.1.2.1;

i) 1% (um por cento) sobre o valor da entrega do pedido ou parte do mesmo, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta cláusula, no caso de entrega do pedido ou parte do mesmo, no destino, contendo desconformidade;

j) 3% (três por cento) sobre o valor global deste Instrumento, no caso da reapresentação do pedido ou parte do mesmo, no destino, contendo desconformidade ou a não reapresentação do mesmo;

k) 5% (cinco por cento) sobre o valor da quantidade recusada, no caso da não retirada da parcela recusada do pedido, na forma prevista na cláusula décima primeira deste Instrumento;

l) reincidência no descumprimento do mesmo fato gerador de penalidade de advertência já aplicada, conforme subitem 12.1.1: 2% (dois por cento) sobre o valor unitário do item, para cada ocorrência;

m) na rescisão deste Contrato, com base nas hipóteses previstas nas alíneas "a" a "c" do subitem 13.1.1 deste Instrumento, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre valor remanescente atualizado deste Contrato, na data da rescisão;

n) 1% (um por cento) sobre o valor global atualizado deste Instrumento, quando poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Cláusula, no caso da não apresentação da relação de credenciadas, após o limite de prazo constante no subitem 12.1.2.1 alínea "f".

o) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor remanescente atualizado deste contrato para cada evento, nos casos de ocorrência de qualquer outros tipos de descumprimentos contratuais não abrangidos nos subitens anteriores.

12.1.2.3. As multas de mora são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, e estão limitadas a 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste Instrumento.

12.1.2.4. As demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

12.1.2.5. As multas de mora e demais multas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o total das multas limitado ao valor global atualizado deste Instrumento.

12.1.2.6. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou força maior, devidamente comprovados.

12.1.2.7 O valor da multa e os prejuízos causados pela CONTRATADA serão executados pela CONTRATANTE, nos seguintes termos:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida neste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

12.1.2.7.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

12.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, por prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da reparação dos danos causados, nos seguintes casos:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com os CORREIOS, em virtude de atos ilícitos praticados.

12.2. Em caso de descumprimento deste Contrato, além das penalidades acima previstas, a CONTRATADA responderá a título de indenização complementar, nos termos do Parágrafo Único do Art. 416 do Código Civil, por quaisquer danos, prejuízos e lucros cessantes sofridos pela CONTRATANTE.

12.3 As penalidades serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

12.4 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com os CORREIOS, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação dessas, cujas razões, em sendo procedentes, poderão isentá-la das penalidades, caso contrário aplicar-se-á a sanção cabível.

12.5 Da aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula caberá recurso.

12.5.1 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento do recurso ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

12.6 As penalidades serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, conforme legislação aplicável e sem prejuízo das penalidades previstas neste Instrumento.

13.1.1 Poderá haver a rescisão unilateral deste contrato por iniciativa de qualquer uma das partes, quando ocorrer os seguintes motivos:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular deste Contrato, especificações técnicas, projetos ou prazos;
- b) não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) subcontratação deste Contrato;
- d) decretação de falência ou dissolução da sociedade da CONTRATADA;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.

13.1.1.1 Poderá, ainda, haver rescisão unilateral por parte dos Correios por motivos decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável para a execução deste contrato.

13.1.1.2 A rescisão unilateral pela contratada ocorrerá, mediante aviso prévio e por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e prova de recebimento, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais já iniciadas e do pagamento das indenizações cabíveis aos Correios.

13.1.1.3 Os efeitos da rescisão unilateral pelos Correios serão operados a partir do recebimento da comunicação escrita sobre o seu julgamento ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

13.1.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

13.1.3 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos ou força maior, acarretará as consequências contidas no subitem 12.1.2.7, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste instrumento.

13.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo Administrativo.

13.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUSPENSÃO DO CONTRATO

14.1 Poderá haver a suspensão da execução deste Contrato, por acordo entre as partes, desde que devidamente motivada e justificada a inviabilidade de sua continuação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIAS

15.1. DO OBJETO:

a) A Garantia será de 01 (um) ano, a partir data de emissão do Termo de Aceitação Estadual, conforme estabelecido no Termo de Garantia, anexo a este Instrumento;

a.1) Cada localidade (Superintendência Estadual) da entrega do pedido formalizará o respectivo aceite dos veículos recebidos em suas instalações;

15.2. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL: A CONTRATADA comprovará no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, a efetivação da garantia de execução contratual, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;

a.1) em caso de garantia em dinheiro, a CONTRATADA deverá depositar o valor em nome da CONTRATANTE em uma Agência de Correios, mencionando o código 54224 (Código SARA). Feito o depósito, a cópia do comprovante deverá ser enviada a Área Gestora Administrativa, previsto no subitem 5.1.1 deste Instrumento.

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

15.2.1. Decorrido o prazo de mora previsto no subitem 12.1.2.1, alínea "e", sem que haja a apresentação/reposição ou complementação da garantia, o valor correspondente será retido do pagamento subsequente para a constituição da garantia sob a modalidade caução em dinheiro.

15.2.2. O desconto no pagamento para constituição da garantia não afasta a aplicação da penalidade cabível pelo atraso, prevista na Cláusula Décima Segunda deste Instrumento.

15.2.3. A CONTRATADA poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia contratual por outra modalidade, conforme previsto no subitem 11.1, alínea "f".

15.3. Quando apresentada Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia, é indispensável que a cobertura da garantia alcance todas as obrigações previstas em Contrato, principal e acessória.

15.3.1. A CONTRATADA poderá apresentar mais de 01 (uma) apólice para o atendimento integral das obrigações contratadas.

15.3.2. A garantia só será aceita, e a exigência contratual atendida, após a cobertura integral das obrigações pactuadas neste instrumento.

15.4. Se a opção da garantia recair em seguro garantia ou fiança bancária, no título apresentado deverá constar expressamente:

a) cobertura da responsabilidade decorrente de aplicação de multas de caráter punitivo;

b) vigência da garantia, observado o prazo previsto no subitem 15.6;

c) cláusulas de inalienabilidade e de irrevogabilidade;

d) cláusula expressa de renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, somente para o caso de fiança bancária;

e) o prazo máximo de pagamento da indenização de 30 (trinta) dias.

15.5. A Carta de Fiança ou Apólice de Seguro-Garantia deverá ser acompanhada do rol da documentação necessária à caracterização do sinistro para fins de indenização.

15.6. A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência deste Contrato.

15.7. No caso de haver acréscimo no valor deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União, ou, no caso de apostilamento, da data do recebimento da notificação pela CONTRATADA.

15.8. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de quaisquer obrigações, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a contar da data que for notificada pela CONTRATANTE.

15.9. A garantia prestada será liberada ou restituída após cessadas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

15.9.1. A garantia, quando prestada em dinheiro, será liberada ou restituída atualizada monetariamente com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data da prestação efetiva e a da devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

16.1 As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, Lei Complementar 123/2006, Decreto 8.538/2015, Lei 11.488/07, Lei 12.846/2013, Decreto 7.892/2013 e no que for aplicável.

16.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.

16.2.1. Este Contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº. [\[Informar\]](#) / [\[Informar\]](#), homologado por meio do [\[Informar\]](#) de [\[Informar\]](#).

16.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia da entrega do pedido, do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de [\[CIDADE/UF \]](#), para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

APÊNDICE 01 DO CONTRATO

CRITÉRIOS DE AMOSTRAGEM

Inspeção por Amostragem seguirá a Tabela abaixo, elaborada com base em Plano de Amostragem Simples Retificadora, Tabela Dodge-Romig.

Referência Bibliográfica:

1. Lourenço Filho, R., Controle Estatístico de Qualidade, Reimpressão da 1ª Edição, Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1982, Apêndice C, Tábua 8;

2. Palmer, Colin, Controle Total de Qualidade, 1ª Reimpressão 1981, Editora Edgar Blucher Ltda, 1974, Tabela 13.3 pg. 81.

Tamanho do Lote (unidades)	Unidades Amostradas
Até 45	100%
De 46 a 1.000	Mínimo de 46
De 1.001 a 4.000	Mínimo de 80
De 4.001 a 10.000	Mínimo de 85

APÊNDICE 02 DO CONTRATO

PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DE ENDEREÇOS

(inserir arquivo)

APÊNDICE 03 DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCO

(inserir Matriz proveniente do TSC)

CTR_Veiculos_SRP_(P) 5.0

NJ/GCOR-DEJUR-SEJUR/SEI-8893819/2019

Referência: Processo nº 53180.040242/2019-40

SEI nº 9586986